

Erro de português? -- as construções contrafactuais das condicionais com *si/se* em espanhol e em português.

Lorena Mariel Menón / PG/USP

Erro de português

Quando o português chegou

Debaixo duma bruta chuva

Vestiu o índio

Que pena!

Fosse uma manhã de sol

O índio tinha despido

O português.

Oswald de Andrade¹

1. Introdução

O presente trabalho é um excerto de uma reflexão comparativa maior sobre o funcionamento de construções contrafactuais de passado com *si/se* em espanhol e em português, da nossa dissertação de mestrado (Menón, 2009), na qual foi possível evidenciar a convivência de uma gama de possíveis construções para a expressão da contrafactualidade no passado. No entanto tais construções, apesar de se apresentarem como alternativas significativamente semelhantes, não são equivalentes e, em alguns casos, torna-se impossível o traspasso de uma formulação para outra com o mesmo efeito de sentido, dentro da mesma língua e, ainda, de uma língua para outra, já que são associáveis a outros efeitos de sentido que afetam diretamente o distanciamento entre o mundo real e o mundo alternativo criado verbalmente.

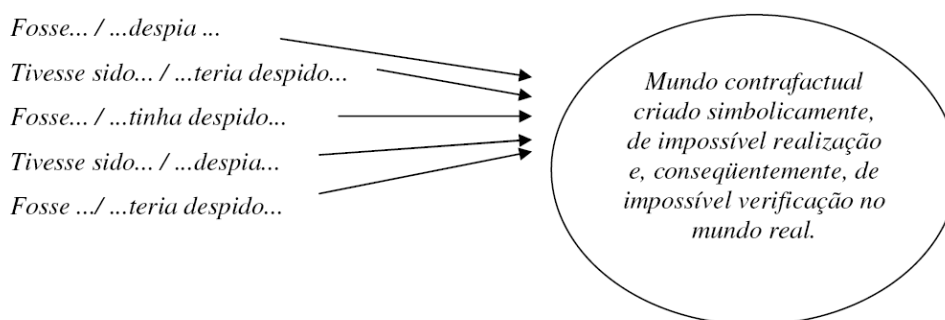
Neste trabalho, apresentaremos uma análise do poema “Erro de português”, de Oswald de Andrade e uma tradução do mesmo ao espanhol, para evidenciar os efeitos de sentido das construções contrafactuais presentes em ambas as versões, assim como também outros diferentes efeitos de sentido com a aplicação de formulações condicionais contrafactuais outras, equiparáveis no sentido contrafactual básico.

¹ Andrade, O. *O Santeiro do Mangue e outros poemas*. São Paulo: Globo: Secretaria do Estado da Cultura, p.95, 1991.

2. A ancoragem analítica para análise

Partimos do pressuposto de que as construções condicionais com *si/se* para a expressão da contrafactualidade de passado, em português e em espanhol, apresentam-se como caminhos interpretativos diferentes que convergem num valor comum: a contrafactualidade, isto é, um mundo alternativo, um fato não realizado e impossível de ser realizado.

Nesse sentido, podemos falar em equiparação das construções, mas não em equivalência:



(Menón, 2009, p.75)

Para evidenciar tal pressuposto, lançamos mão da aparelhagem teórica dentro do campo da Semântica Histórica da Enunciação, considerando que “as expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam” (Guimarães, 2005, p.5), ponderamos também para nossa análise as seguintes noções:

a) o *acontecimento linguístico* como *acontecimento político* (Guimarães, 2005, p.17), em que se instaura a tentativa de afirmação da igualdade em meio às desigualdades do real;

b) o *espaço de enunciação*, considerando que são:

“espaços de funcionamento linguístico, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (Guimarães: 2005, p.18);

c) a *cena enunciativa* como o espaço de enunciação particularizado, sendo que tal particularização está dada por uma “*deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento*” (Guimarães, 2005, p.23), levando em consideração o lugar do *Locutor* (fonte do dizer) e os lugares sociais (*locutor-x*), sendo que “*para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares*

sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua (enquanto falantes)” (Guimarães: 2005, p.24), e os *enunciadores* (lugares de dizer).

Finalmente, lançamos mão da teoria polifônica de Ducrot (1987, p. 161), a qual defende a não unicidade do sujeito falante, evidenciando a *superposição de várias vozes*. Distinguimos, assim, o *falante (ser empírico)*, *locutor (ser do discurso)* e o *enunciador (ser se expressando através da enunciação)*, (Ducrot, 1987, p. 187, 192).

À maneira de deslocamento, pinçaremos a noção de *enunciador* como perspectiva da enunciação, de Ducrot, para articulá-la com as noções de *lugares de dizer* de Guimarães.

3. A análise do poema

Retomando os versos de Oswald de Andrade,

*“Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português”*

observamos um enunciado contrafactual, reforçado pela explicitação da referência a um fato passado nos primeiros versos, que dirime qualquer dúvida a respeito do sentido de contrafactualidade com o pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase, que poderia projetar uma noção de futuridade, de potencialidade. Observamos, ainda, a referência a dois fatos ancorados no passado de forma espelhada: o fato real acontecido e o fato irreal apresentado na condicional, com o emprego do mais-que-perfeito do indicativo.

Os primeiros versos:

*“Quando o português chegou
debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio”*

apresentam um fato passado, que serve de referência para a construção condicional e, ao mesmo tempo, reforça a impossibilidade da realização da mesma, pois o evento já aconteceu e não há possibilidade de que aconteça mais: a ancoragem temporal da apódose da condicional transporta o mundo forjado simbolicamente a um passado anterior à enunciação² e, ao mesmo tempo, contemporâneo do fato apresentado como acontecido.

² No caso, não estamos levando em consideração a “temporalização” não cronológica da enunciação, segundo Guimarães (2005), mas a noção cronológica do tempo.

E, ao mesmo tempo em que podemos ‘justificar’ o enunciado condicional empregado no poema, podemos nos questionar: por que foi essa a configuração linguística escolhida? Há condições que favorecem o emprego de tal construção e não de outra? Que caminho interpretativo diferenciado nos permite percorrer para chegar à contrafactualidade?

Quando pensamos no enunciado condicional empregado no poema, somos assaltados por um quê de estranhamento provocado por uma subversão linguística, que paira no limbo do que poderíamos caracterizar superficialmente como erro ou inadequação ou padrão não formal ou... No entanto, como explicar o paradoxo que carrega e projeta o enunciado condicional no acontecimento linguístico em que aparece?

Tentemos, então, perfilar o acontecimento linguístico em que aparece o enunciado condicional. Identificamos como *espaço de enunciação* o da língua portuguesa do Brasil e nele reconhecemos as cisões internas, pois:

“a língua é dividida, de tal modo que ela é uma e é diferente disso. E esta divisão diz respeito exatamente à relação dos falantes com a língua, de tal modo que os falantes se identificam exatamente por essa divisão. [...] E esta divisão é marcada por uma hierarquia de identidades. Ou seja, esta divisão distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios desta hierarquia. [...] E estar identificado pela divisão da língua é estar destinado, por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros.” (Guimarães, 2005: página 21).

No caso da língua portuguesa do Brasil, como *espaço de enunciação*, observamos o litígio entre uma *língua imaginária* e uma *língua fluida* (Orlandi, 2002, p. 22), associando aquela a uma tentativa de recorte idealizado e estável de uma língua, tendo como base saberes metalinguísticos, e esta à língua real, viva e mutante, independente das organizações artificiais e idealizadas do que ela deva ser e como ela deva ser, como eco do embate entre a língua colonizadora (português de Portugal) e a língua dos colonizados (português do Brasil). Tal litígio promove cisões internas que acabam ressoando materialmente nos contrastes entre aquilo que se considera formal/informal, oral/escrito, coloquial/culto, certo/errado.³

³Numa análise feita a partir de entrevistas realizadas em 2003 (Menón: 2004; 2006), foi possível evidenciar tal cisão/ distanciamento/ oposição entre a *língua imaginária* e a *língua fluida* provocando

Dessa forma, podemos começar a desenhar um caminho interpretativo a partir do espaço de enunciação (o da língua portuguesa do Brasil) e as identificações hierárquicas forjadas nesse espaço, para poder começar a configurar a *cena enunciativa*.

Reconhecemos como *Locutor (L)* do poema a figura discursiva do eu-lírico, que dá unidade ao texto, apresentando-se como fonte desse dizer.

No entanto, sabemos que para ter acesso à palavra o *L* deve estar afetado por um lugar social autorizado a falar, dentro da divisão deontológica do espaço da língua portuguesa no Brasil. Nesse sentido, observamos que o lugar social (*lx*), que permite o *L dizer o que diz e desse modo*, é o *lx* do locutor-poeta modernista⁴, autorizando o *L* a circular, pela ruptura e pela ironia, por vários lugares de dizer, antes impensados na criação literária.

Na estrutura do poema, ao fazer uma segmentação didática, podemos observar dois lugares de dizer (*enunciadores*, segundo Guimarães) e ainda perfilar duas perspectivas da enunciação (*enunciadores*, segundo Ducrot), que forjam um apagamento do lugar social, e que evidenciam o *acontecimento linguístico* como *acontecimento político*.

No primeiro segmento:

*Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio*

observamos um lugar de dizer que poderíamos caracterizar como *enunciador-universal* (Guimarães, 2005, p.26), levando em conta que ressoa como uma verdade aceita em função dos fatos. É a voz da 'história oficial', segundo a nossa interpretação da perspectiva da enunciação. Apresenta um dizer aceito acima de qualquer questionamento, vindo de um ponto de vista normativo, que tende à homogeneização, e ao mesmo tempo, apaga o lugar social que lhe dá sustentação. No entanto, é possível detectar outra voz interferindo e destoando da voz da 'história

desencontros e contradições na hora de os falantes do português do Brasil se pronunciarem a respeito de sua própria língua.

⁴ A qualidade de modernista caracteriza um lugar social e ideológico muito particular dentro da história literária do Brasil – não bastaria identificar um locutor-poeta ou, ainda, seria mais difícil pensar num lugar como locutor-poeta parnasiano.

oficial', antecipando o segundo segmento; trata-se da presença da caracterização "bruta".

No segundo segmento:

*Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português*

observamos um lugar de dizer que se aproxima mais de um *enunciador-coletivo* (Guimarães, 2005, p.38), pois ressoa como uma voz coletiva, como um desejo conjunto e profundo de a história ter sido diferente. É a voz do 'povo brasileiro', de acordo com a nossa interpretação da perspectiva da enunciação. Não temos uma voz individual retratada, mas uma voz coletiva, que representa aqueles que devem aceitar a história oficial, embora se sintam excluídos.

Notadamente, a construção que consideramos contrafactual se configura sem o "se", introdutor condicional com o qual estamos trabalhando e que, no caso do poema, consideramos implícito. Tal ausência associa a prótase a uma frase optativa, que exprime desejo e que pode ser parafraseada com a presença de um verbo optativo ou uma fórmula operativa (*Desejava fosse uma manhã de sol; Oxalá fosse uma manhã de sol, etc.*). Segundo Moura Neves (2000, p. 856), o valor contrafactual favorece a construção de condicionais optativas; e, ao falar sobre a elipse do conectivo, afirma que a própria omissão da conjunção já anuncia a contrafactualidade (Moura Neves, 2000, p. 858).

Observamos, assim, na construção contrafactual do poema, especificamente instaurado na prótase, um valor modal adicional de caráter deôntico, desencadeando num efeito de sentido que poderia ser descrito como uma asserção volitiva de uma impossibilidade assumida como tal.

No meio dos dois segmentos, um verso sugestivo:

Que pena!

fora a brincadeira instaurada pelas associações semânticas que a palavra *pena* pode suscitar (*pena* = pluma, numa referência metonímica à vestimenta do índio x *pena* = castigo; dó), damos a ele o valor de degrau simbólico que, com a carga expressiva de interjeição de lamento, abre a passagem de um lugar de dizer para outro e, ainda, prepara a introdução do enunciado contrafactual, marcado pela sua expressividade volitiva. Segundo Ducrot (2001, p. 145), o enunciado exclamativo revela o sentido do enunciado, pois é desencadeado pelo próprio acontecimento do

enunciado de forma provocada. Levando em conta o *Que pena!* sob o prisma de Ducrot (2001, p.145), podemos reforçar ainda mais a quebra existente entre o primeiro segmento (o que provoca o enunciado exclamativo: o fato real e acontecido, a história como ela foi) e o segundo (o que desencadeia o enunciado exclamativo: o fato irreal e impossível de acontecer, a história como ela poderia ter sido e não foi).

A subversão presente no poema revela a cisão e disparidade no espaço de enunciação como espaço político.

3.1. A não equivalência das construções contrafactuais em português

Na tentativa de evidenciar que não há equivalência nos caminhos interpretativos que nos traçam as formulações contrafactuais de passado possíveis em português, podemos parafrasear a construção com o futuro do pretérito composto: “*Fosse uma manhã de sol o índio teria despido o português*”, o que nos inscreve em uma representação de língua culta, ganhando ênfase contrafactual e, talvez, perdendo um pouco da expressividade coloquial e da ‘factualidade’ pretendida volitivamente.

Já com uma reformulação também com o mais-que-perfeito do subjuntivo na apódose: “*Tivesse sido uma manhã de sol O índio teria despido O português*”, podemos observar mais algumas nuances de sentido.

Enquanto o valor contrafactual se mantém, o caminho interpretativo que nos leva a essa noção não é o mesmo. Em primeiro lugar, porque haveria uma reconfiguração da *cena enunciativa* e, conseqüentemente, uma reconfiguração da leitura feita da mesma. A começar pela caracterização do *lugar social*, pois não haveria necessidade da qualificação de modernista, pois não haveria mostras de subversão linguística, já que o enunciado contrafactual estaria calcado na estrutura padrão, formal, modelar.

Em segundo lugar, a seleção modo-temporal da formulação apresenta uma ênfase contrafactual que distancia o enunciado de uma expressão volitiva, pois o mais-que-perfeito do subjuntivo, em oposição ao imperfeito do subjuntivo, não traz a noção de possibilidade, e o futuro do pretérito composto, em oposição ao mais-que-perfeito do indicativo, não traz a noção de factualidade. Podemos verificar que, levando em consideração essas duas construções (*Fosse.../...tinha despido...* e *Tivesse sido.../ ...teria despido...*), os caminhos interpretativos são diferentes,

embora ambos conduzam ao mesmo valor básico de contrafactualidade, revelando dessa forma dois lugares de dizer diferentes: no primeiro, há um envolvimento maior do enunciador com o enunciado, presente no valor volitivo que modaliza a interpretação contrafactual; no segundo, há um distanciamento maior do enunciador com o enunciado, presente no valor contrafactual reforçado.

3.2 A análise de uma tradução do poema para o espanhol

Error de portugués

Cuando el portugués llegó
Bajo una terrible lluvia
Vistió al indio
¡Qué pena!
Si hubiese sido una mañana de sol
El indio hubiese desnudado
Al portugués.⁵

Em espanhol seria possível pensar numa frase como “(Si) *Era una mañana de sol el indio desvestía al portugués*”, ou também, “(Si) *Hubiese sido una mañana de sol el indio hubiese desvestido/habría desvestido al portugués*”, mas dificilmente: “(Si) *Fuese una mañana de sol el indio habría/había desvestido al portugués*”.

A construção privilegiada na tradução confirma a preferência pelo emprego do *pretérito pluscuamperfecto del subjuntivo* para a expressão da contrafactualidade, apontada por Kovacci (1994, p. 208), e apresenta a estrutura contrafactual protótipo tanto para a oralidade como para a escrita, apontada por Montolío (2000, p.3641) – mantendo, dessa forma, o tom informal do poema na sua versão original.

Outra opção seria a estrutura: *si + pretérito imperfecto de indicativo, pretérito imperfecto de indicativo* (Si **era** una mañana de sol, el indio **desvestía** al portugués), possível no contexto do poema pela explicitação da referência a um fato passado nos primeiros versos, que permite o sentido de contrafactualidade da construção.

A diferença entre as duas primeiras possibilidades e esta última parece ser a localização da irrealidade, pois, como aponta Martínez (1990, p.99), o significado de duratividade do *pretérito imperfecto de indicativo* coloca o tempo do mundo alternativo mais próximo do presente e, conseqüentemente, revela um grau maior de confiança na sua possibilidade de realização, embora não deixe de ser contrafactual. Por conta disso, acreditamos que a última possibilidade de construção contrafactual

⁵ GUIDO, María Rita (org.) *Lengua y Literatura II*. Buenos Aires: 2000, Editorial Estrada. P.172.

(si + *pretérito imperfecto de indicativo, pretérito imperfecto de indicativo*) seja a construção que apresente não só a informalidade da construção original do poema, mas também o grau de confiabilidade, baseada no desejo, que existe na mesma.

Todavia uma tradução literal, que respeite os tempos verbais empregados na versão original do poeta em português⁶:

Si **fuese** una mañana de sol, el indio **había desnudado** al portugués.

seria mais difícil, posto que apresentaria dois pensamentos dissociados: por um lado, o marco alternativo no presente; por outro, o fato acontecido. A contradição se estabelece ainda com os primeiros versos, cabendo a pergunta: afinal, o índio despiu o português ou o português vestiu o índio?

4. Algumas conclusões

Ao pensar na expressão da contrafactualidade por meio de construções condicionais de passado, observamos, de modo geral, uma gama de possíveis variantes, que, apesar de se apresentarem como alternativas significativamente semelhantes, não são equivalentes e, em alguns casos, torna-se impossível o traspasso de uma formulação para outra com o mesmo efeito de sentido, tanto em português, como em espanhol.

Já a não equivalência entre as variantes em espanhol e em português é uma questão que envolve, por um lado, (im)possibilidades próprias de cada sistema e, por outro lado, (im)possibilidades aliadas a determinados efeitos de sentidos com os quais as variantes de cada língua se associam no discurso.

5. Referências

⁶ É interessante notar que os tempos *potencial* / futuro do pretérito (simples e compostos) e o *imperfecto* / imperfeito e o *pluscuamperfecto* / mais-que-perfeito do indicativo constam nos sistemas linguísticos de ambas as línguas com grande equivalência nos usos e neutralizações. Com relação ao imperfeito do subjuntivo e o *imperfecto del subjuntivo*, destacamos aspectos contrastivos evidenciados em Menón (2009):

Pretérito imperfeito do subjuntivo	<i>Pretérito imperfecto del subjuntivo</i>
Pode aparecer nas prótases das condicionais contrafactuais de passado tendo a sua referência no presente ou no passado (equivalente ao pretérito-mais-que-perfeito do subjuntivo, como é no caso do poema).	Tem sempre a sua referência no presente. Seu uso em construções contrafactuais de passado, levando em conta a ancoragem temporal da apódose, é restrito a verbos estativos sem valor aspectual episódico.

- DUCROT, O. (1987a) *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (2001b) *El decir y lo dicho*. Buenos Aires: Edicial.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2005) *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes
- KOVACCI, Olga. (1994) *Estudios de Gramática Española*. Buenos Aires: Edicial S.A.
- MARTÍNEZ DE LÓPEZ, Angelita. (1990) Alternancia y frecuencia de uso en las condicionales contrafactuales de pasado: una interpretación cualitativa. *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia de América Latina*, Vol. III. Campinas: IEL - UNICAMP, 1998.
- MENÓN, Lorena Mariel. (2004a) *Estrategias y matices para la expresión de la contrafactualidad en las condicionales con si en español y en portugués*. Monografía de Pós-graduação. PUC, COGEAE, São Paulo.
- _____. (2006b) A expressão da irrealidade nas condicionais com *si/se* em espanhol e em português: uma questão de identidade lingüística.
- _____. (2009c) *A contrafactualidade como efeito de sentido – o caso das construções das condicionais com si/se em espanhol e em português*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo.
- MONTOLÍO, Estrella. (2000) Las construcciones condicionales. Capítulo 57. En I. Bosque & V. Demonte (org.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Tomo 3. Madrid: Espasa.
- MOURA NEVES, Maria Helena. (2000) *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp.
- ORLANDI, E. P. (2002) *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo, Cortez.